



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 1)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/18 PROCESSO Nº 337/18

INTERESSADO: Prefeitura da Estância Turística de Avaré
UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação
REFERÊNCIA: Pregão Presencial nº 108/18

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme ANEXO I – Termo de Referência.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

ENCERRAMENTO (entrega dos envelopes): dia 10 de agosto de 2.018 das 09h30min às 10 horas.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL: dia 10 de agosto de 2.018 a partir das 10 horas.

LOCAL: Departamento de Licitações – Praça Juca Novaes nº 1169 – Centro. Fone/Fax: (14) 3711-2508.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal 5.037/2017, Decreto Municipal 1.872/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Complementar 123/06 e respectivas alterações.

O MUNICÍPIO DE AVARÉ torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial e receberá os envelopes “A” (PROPOSTA) e “B” (HABILITAÇÃO), no local acima indicado.

DA AQUISIÇÃO DO EDITAL:

As cópias do presente Edital, assim como os dados e elementos necessários à elaboração da proposta poderão ser retirados, através de guia preenchida no Departamento de Tributação e quitada em agência bancária, ambos situados na Rua Rio Grande do Sul, nº 1.810, no valor de **R\$ 10,00 (dez reais)** e depois, as cópias, retiradas no Departamento de Licitação, situado no Paço Municipal, Praça Juca Novaes, nº 1.169.

Também está disponibilizado, gratuitamente, para download no site www.avare.sp.gov.br. Informações sobre esta licitação poderão ser obtidas **por escrito** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 16h00 ou através do e-mail licitacao@avare.sp.gov.br.

DA VISITA TÉCNICA: As empresas participantes da licitação deverão, até um dia antes da abertura da sessão, realizar vistoria técnica para conhecer os locais, a qual deverá ser agendada diretamente com a Secretaria Municipal de Educação pelo telefone (14) 3711-2211, a qual emitirá um atestado de vistoria técnica à Empresa que será exigido nos documentos de habilitação do certame.

1. DOCUMENTOS INTEGRANTES:

1.1. Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Objeto – Termo de Referência;

Anexo II – Termo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de proposta;

Anexo IV – Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação;

Anexo V – Minuta de Contrato;

Anexo VI – Dados do responsável pela assinatura do contrato;

2. OBJETO:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 2)

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme ANEXO I – Termo de Referência.

2.2. As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas na seguinte Dotação Orçamentária:

06.02.02.3.3.90.39.00.12.365.2008.2050.232. Recurso Próprio.

06.01.00.3.3.90.39.00.12.361.2007.2079.174. Recurso Próprio.

06.07.01.3.3.90.39.00.12.367.2009.2483.418. Recurso Próprio.

06.03.00.3.3.90.39.00.12.361.2008.2045.274. Recurso Próprio.

06.02.01.3.3.90.39.00.12.365.2008.2051.205. Recurso Próprio.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar da licitação, empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, **compatíveis ao ramo do objeto licitado**, sendo vedada à participação de:

3.1.1. Consórcios, apresentadas na forma de consórcios, agrupamentos, associações, cooperativas ou parceiras;

3.1.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração, de acordo com o artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

3.1.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração, de acordo com a Súmula 51 da TCE/SP;

3.1.4. Empresas com falências decretadas;

3.1.5. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal de Avaré.

3.2. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4. CREDENCIAMENTO:

4.1. No dia, hora e local estipulado no preâmbulo deste edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio do modelo constante do ANEXO II, de instrumento particular e/ou público de procuração, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente.

4.2.1. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, fica dispensado da apresentação do termo de credenciamento constante do Anexo II, contudo, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. Junto com o documento de credenciamento, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo ato constitutivo, conforme abaixo:

•Para **Empresa Individual**: Registro Comercial – Requerimento de Empresário;

•Para **Sociedade Comercial**: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados;

•Para **Sociedade por Ações**: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;

•Para **Sociedade Civil**: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 3)

- Para **Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil**: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Para **Cooperativas**: Estatuto Social em vigência.

4.4. O documento de credenciamento deverá ser entregue junto com a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente, **em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”**.

4.5. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá ser apresentada uma declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, **em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”**.

4.5.1. Da mesma forma estabelecida no subitem 4.5. deverá proceder o Microempreendedor Individual conforme assegura o art. 18-E da lei complementar 123/06.

4.6. Junto com os documentos de credenciamento e, em se tratando de ME/EPP/MEI, da declaração referente ao item 4.5, os interessados apresentarão à equipe de pregoão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação conforme Modelo do Anexo IV, e entregarão, **em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “HABILITAÇÃO”**.

4.7. A não apresentação do documento de credenciamento, ou da declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação não será motivo para a desclassificação ou inabilitação do licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pelo licitante durante os trabalhos.

4.8. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

4.9. Os documentos de credenciamento, a declaração referente ao item 4.5, em se tratando de ME/EPP/MEI, e a declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

5.1. Os Envelopes **“A” - PROPOSTA** e **“B” - HABILITAÇÃO** deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes lacrados, contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE Nº A PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº B DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Avaré PREGÃO Nº 0xx/2018 Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Avaré PREGÃO Nº 0xx/2018 Data e hora da abertura. Razão Social e CNPJ. Endereço completo do licitante.

5.2. A ausência dos dizeres, na parte externa, não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 4)

5.3. Caso eventualmente ocorra a abertura do Envelope B – Habilitação antes do Envelope A – Proposta, por falta de informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

6. CONTEÚDO DOS ENVELOPES:

6.1. O Envelope “A” – **PROPOSTA**, deverá conter a Proposta do licitante, de acordo com o disposto no item 7.

6.2. O Envelope “B” - **HABILITAÇÃO** deverá conter a documentação de que trata o item 8.

7. ENVELOPE A – PROPOSTA:

7.1. A proposta deverá ser apresentada datilografada/digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, no Formulário da Empresa – Cotação de Preços, contendo o seguinte:

7.1.1. Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço completo, número de telefone e fax, e-mail e número de agência de conta bancária.

7.1.2. Descrição do objeto conforme Termo de Referência – Anexo I.

7.1.3. A proposta deverá ser apresentada com a cotação do valor global, conforme Modelo do Anexo III, sendo que os itens iguais deverão, impreterivelmente, ter o mesmo valor unitário.

7.1.4. O **preço unitário e total fixo** e irrevogável, expressos em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

7.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, inclusive os tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta licitação;

7.2.1. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

7.3. A apresentação da proposta implica na aceitação pelo licitante das seguintes informações, que deverão constar **obrigatoriamente** na proposta:

7.3.1. do **prazo de validade da proposta**, de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta.

7.3.2. da **forma de pagamento**, será realizado 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da nota fiscal.

7.3.3. do **prazo de execução**: deverá executar os serviços no prazo máximo de 20 dias após a assinatura contratual e recebimento do pedido de compras.

7.4. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

7.5. A falta de data e/ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para esse fim.

7.6. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.7. Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 5)

específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, serão feitas por escrito via fax-símile, e-mail ou outro meio eletrônico.

7.8. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

7.9. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

7.9.1. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

7.9.2. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

7.9.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

7.10. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas:

7.10.1. Que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, quando comparados aos preços de mercado.

7.11. Por força dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

a) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, entendendo-se por empate aquelas situações em que os lances apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor lance;

b) microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar imediatamente novo lance, sob pena de preclusão;

c) o lance mencionado na alínea anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora deste novo lance (ME ou EPP ou MEI);

d) não ocorrendo à contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs ou MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

e) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no disposto na **alínea b**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar o melhor lance;

f) na hipótese da não contratação nos termos previsto na **alínea b**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

g) o disposto na alínea anterior, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP ou MEI.

7.12. A **proposta vencedora** deverá ser apresentada com o valor global, **não podendo a proposta ser superior ao estimado pelo Município**, sendo que os itens iguais deverão, impreterivelmente, ter o mesmo valor unitário.

8. ENVELOPE B – HABILITAÇÃO:

8.1. Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos itens 8.4 a 8.9.

8.1.1. O Licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitado e estará **sujeito às penalidades previstas no item 13 do edital**.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 6)

8.2. Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação prevista no item 9.21:

- 8.2.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
- 8.2.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;
- 8.2.3.** A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à filial;
- 8.2.4.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- 8.2.5.** O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou, excepcionalmente, pelo pregoeiro ou um dos membros da equipe de apoio, ou por publicação em órgão de imprensas oficiais, ou ainda, extraídos via *internet*.

8.3.1. Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **3 (três) meses** entre a data de sua expedição e a data limite para entrega dos envelopes.

8.3.2. Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

8.4. Habilitação Jurídica:

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

- Para **Empresa Individual**: Registro Comercial – Requerimento do Empresário;
- Para **Sociedade Comercial**: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados;
- Para **Sociedade por Ações**: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- Para **Sociedade Civil**: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Para **Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil**: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Para **Cooperativas**: Estatuto Social em vigência.

8.4.1. As empresas que apresentarem a documentação descrita no item 8.4 no momento do credenciamento (item 4), não necessitarão apresentar novamente o documento na habilitação.

8.5. Regularidade Fiscal

A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

8.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte **MUNICIPAL e/ou ESTADUAL** relativo à **sede** do licitante (podendo ser apresentada por via emitida através da *internet*).

8.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (Tributos Federais e Dívida Ativa da União – Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida da União).

8.5.4. Prova de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.5.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 7)

8.5.6. Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11.

8.5.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei (guardado correlação com o objeto pretendido).

8.5.8. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.5.8.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

8.6.1. Certidão negativa de falência ou em recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 3 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.7. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

Para o cumprimento deste item, os proponentes deverão apresentar:

8.7.1. Declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

8.8. Declaração Exigida:

8.8.1. Declaração assinada pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente habilitado para tanto, de que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

8.9. Qualificação Técnica:

8.9.1. No mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão de desempenho do licitante compatível com o objeto licitado.

8.9.2. Atestado de Vistoria Técnica devidamente assinado e emitido pela Secretaria Municipal de Educação a empresa participante.

8.9.3. Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade.

8.9.4. Comprovação de que a empresa possui pelo menos 01 (um) profissional técnico, devidamente habilitado. Serão considerados habilitados os seguintes profissionais: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário e Químico.

8.9.5. Comprovante de vínculo do profissional técnico com a empresa, através de contrato social, registro em carteira, ficha do empregado ou contrato de trabalho, sendo possível também, a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize, tecnicamente, pela execução dos serviços;

9. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO:

9.1. No dia, hora e local, designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, podendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 4.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 8)

9.2. Juntamente com os documentos de credenciamento, os interessados apresentarão à equipe de pregão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação conforme Modelo do Anexo IV e, em se tratando de ME/EPP/MEI, a declaração referente ao item 4.5.

9.3. A equipe de pregão procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, ordenando-as em ordem crescente de valor.

9.4. Em seguida identificará a proposta de **Menor Preço Global** cujo conteúdo atenda as especificações do edital.

9.5. As propostas com valor superior em até 10% (dez por cento) da proposta de **Menor Preço Global**, serão classificadas em ordem crescente.

9.6. O conteúdo das propostas do item anterior será analisado, desclassificando aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital. A aceitabilidade dos preços será verificada somente após o encerramento da fase de lances.

9.7. Não havendo, no mínimo, três propostas válidas nos termos dos itens 9.4 e 9.5, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.8. Em caso de empate das melhores propostas, na hipótese do item anterior, todos os proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais.

9.9. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, formulados de forma sucessiva, inferiores à proposta de **Menor Preço Global**.

9.10. **O valor mínimo entre os lances verbais será de aproximadamente 0,5% (meio por cento) do valor total estimado pela Administração.**

9.11. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.12. Por força dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

a) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, entendendo-se por empate aquelas situações em que os lances apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor lance;

b) microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar imediatamente novo lance, sob pena de preclusão;

c) o lance mencionado na alínea anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora deste novo lance (ME ou EPP ou MEI);

d) não ocorrendo à contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs ou MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 9)

- e) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no disposto na **alínea b**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar o melhor lance;
- f) na hipótese da não contratação nos termos previsto na **alínea b**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- g) o disposto na alínea anterior, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP ou MEI.

9.13. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.14. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **Menor Preço Global** e os valores estimados para a licitação.

9.15.1. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

9.16. Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida, caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

9.17. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.18. Considerada aceitável a proposta de Menor Preço Global, obedecidas as exigências fixadas no edital, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.19. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o melhor preço será declarado vencedor.

9.20. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9.21. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, conforme artigos citados abaixo.

9.21.1. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.21.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.21.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 10)

declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.21.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.22. Nas situações previstas nos itens 9.15, 9.16, 9.17 e 9.18, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.23. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

9.24. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, quando então, dependendo do resultado da consulta, a licitação seguirá um dos destinos constantes do item 10.

9.25. O recurso contra decisão do pregoeiro e sua equipe de apoio terá efeito suspensivo.

9.26. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.27. A falta de manifestação motivada do licitante na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

9.28. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, o envelope que irá guardar os envelopes B, devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelos licitantes, ficarão sob a guarda do pregoeiro, sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

10.1. Caso não haja recurso, o pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame ao autor do melhor preço global, encaminhando o processo para homologação pela Sra. Secretária Municipal da Educação.

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2.1. O licitante deverá protocolizar as razões e contrarrazões de recurso no Departamento de Licitação, na Praça Juca Novaes, 1.169 – Avaré/SP, de segunda a sexta, das 08 às 16 horas, dentro prazo citado acima.

10.2.2. Nessa hipótese, a Sra. Secretária Municipal da Educação decidirá os recursos, adjudicará o objeto do Pregão Presencial, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório.

10.3. A homologação desta licitação não obriga a Administração à execução do serviço licitado.

11. DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Homologada a presente licitação, será conforme consta no edital.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 11)

11.2. Constituem motivos para a rescisão contratual às situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2.1. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados à Prefeitura Municipal de Avaré os direitos elencados no artigo 80 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.3. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato, quando deverá comparecer ao Departamento de Licitações, localizado na Praça Juca Novaes nº 1169, Bairro Centro, Avaré/SP. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura de Avaré.

11.4. A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 14, deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato.

11.5. O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, podendo ser prorrogável, casos permitidos na lei 8.666/93 – Art. 57, II.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1. A licitante vencedora apresentará à Prefeitura Municipal de Avaré a nota fiscal de serviço referente à execução dos serviços.

12.2. A Prefeitura da Estância Turística de Avaré terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal de serviço para aceitá-la ou rejeitá-la.

12.3. A nota fiscal de serviço não aprovada pela Prefeitura da Estância Turística de Avaré será devolvida ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 12.5, a partir da data de sua reapresentação.

12.4. A devolução da nota fiscal de serviço não aprovada pela Prefeitura Municipal de Avaré em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda a execução dos serviços.

12.5. A Prefeitura da Estância Turística de Avaré providenciará o pagamento em 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da Nota Fiscal de serviço.

13. PENALIDADES:

13.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81, 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas e do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito do Município da Estância Turística de Avaré, as normas estabelecidas no presente Decreto.

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 12)

13.2.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou

13.2.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

13.3. O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

13.3.1. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

13.3.2. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia.

13.4. Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

13.4.1. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

ou

13.4.2. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo

fim.

13.4.3. ressarcimento de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

13.5. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

13.6. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

13.7. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

13.8. A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo gestor do respectivo contrato, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.

13.9. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

§1º – Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado via correio com AR da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

§2º – Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§3º -Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.

§4º – A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.

§5º – Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o valor deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

13.10. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 13)

13.11. As disposições constantes deste Decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§1º – A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

13.11.1. advertência.

13.11.2. multa.

13.11.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.

13.11.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§2º – A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

§3º – A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§4º – A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§5º – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§6º – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos.

§7º – A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

§8º – A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.

§9º – Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

13.12. A multa prevista no artigo anterior será:

13.12.1. de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

13.12.2. de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

13.12.3. de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de inícios e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 14)

§1º – O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual.

§2º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigência garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§3º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta do Município de Avaré através de guia de recolhimento própria, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

§4º – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

13.13. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo Único – A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no artigo 3º deste Decreto, considerando-se a mora, neste hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no “caput” deste artigo.

13.14. O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

13.15. As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

14.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo legal.

14.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

14.2. Todos os esclarecimentos e impugnações poderão ser enviados **por escrito** no Departamento de Licitações, pelo telefone (14) 3711-2508, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 16h00 ou através do e-mail licitacao@avare.sp.gov.br.

14.3. A apresentação dos Envelopes implica na aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

14.4. O encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, os dois envelopes (A e B) deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Pregoeira, com número da Modalidade e Processo, conforme modelo abaixo:

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Avaré A/C PREGOEIRA _____ PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2.018 – PROCESSO Nº ___/2.018
--

14.5. Em não apresentando conforme estabelecido no subitem anterior, a empresa licitante não estará apta a prosseguir no certame e os envelopes serão rubricados e ficarão mantidos nos autos.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 15)

14.6. É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.7. Fica assegurado ao Município o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

14.9. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.10. O preço global e unitário das propostas não sofrerá reajustes durante a execução do contrato, a não ser em decorrência de modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

14.11. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **oito dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram, conforme art. 48 § 3º.

14.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

14.13. A Prefeitura não se responsabiliza por documentos enviados via correio e não entregues em tempo hábil no Departamento de Licitações.

14.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão, os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Avaré.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré, em 27 de julho de 2.018.

**JOSIANE APARECIDA LOPES DE MEDEIROS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 16)

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de desinsetização dos imóveis das EMEB's de Educação Infantil, Secretaria Municipal de Educação, Centro de Atendimento ao Educando, EMEB's de Ensino Fundamental e Creches.

Objetivo/Justificativa: A contratação se faz necessária para conservação dos prédios no sentido de deixá-los livres de pragas, como insetos, aracnídeos, traças, baratas, pulgas, brocas, carrapatos, moscas, mosquito (aedes aegypti (dengue), pernilongos (toas as espécies).

Especificações dos serviços: A empresa contratada deverá realizar desinsetização nos locais abaixo listados:

Item	Unidade	Responsável pela Unidade	Endereço	Telefone	Custo Estimado
01	Profª Alzira Pavão	Diretora: Ivone Dias Fusco	Travessa São Judas nº 1.148 – Bairro São Judas	14-3733-7016	R\$ 263,33
02	Profº Flávio Nascimento	Diretora Substituto: Irani Montanha Guardiola	Rua Dr. Bastos Cruz, 2.400	14-3733-5333	R\$ 323,33
03	Profª Licínia de Oliveira Guazzelli	Diretora Substituta: Roseli de Cássia Tavares Silva	Praça Benedito Rotelli nº 2200 – Bairro Brás	14-3732-8998	R\$ 273,33
04	Profª Zainy Zequi de Oliveira	Diretora: marceli Guido Gonçalves	Rua Duque de Caxias nº 201, Bairro Alto	14-3733-9099	R\$ 273,33
05	Secretaria Municipal de Educação	Secretária: Josiane Aparecida Lopes de Medeiro	Rua Pernambuco nº 1.065, Bairro Centro	14-3711-2211	R\$ 280,00
06	Centro de Atendimento ao Educando – Profª Maria José de Araújo	Josiane Aparecida Lopes de Medeiros	Avenida Major Rangel nº 2.222		R\$ 250,00
07	EMEB Salim Antônio Curiati	Elaine Cristina de M. Bonsaglia	Rua Dr. Antônio F. Inocência, 394, Vila Martins	14-3732-2868 – 14-3733-9599 – 1499809-3284	R\$ 278,33
08	EMEB Profª Elizabeth de Jesus Freitas	Diretora: Leni Elisabeth de Andrade Rocha	Rua São Cristóvão, 77, São Judas	14-3733-9448 – 1499126-1515	R\$ 278,33



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 17)

09	EMEB Profª Maria T. O. Pialho – Dondoca	Diretora: Vânia Alice de Figueiredo Oliveira	Rua Santos Dumont, 1.910, Brabância	14-373370-17	R\$ 278,33
10	EMEB Orlando Cortez	Diretora: Nelci do Socorro Souza	Rua Francisco Medaglia, 32, Vila Operária	14-3733-8246 – 14-99745-9972	R\$ 278,33
11	EMEB Dona Anna Novaes de Carvalho	Diretora: Maria Isabel Dadário	Rua Paraná, 2.155, Bairro Brás	14-3733-5353 – 143733-2378 – 1499777-4861	R\$ 278,33
12	EMEB José Rebouças de Carvalho	Diretor: Giovani Campanille	Rua Avelino Fernandes, 70, Bairro Santa Elisabeth	143733-7018 – 1499836-1566	R\$ 278,33
13	EMEB Profº Clarindo macedo	Diretora: Marlene	Rua Dorita, 222, Jardim Paineras	143733-7019 – 1499661-4896	R\$ 278,33
14	EMEB Profº Carlos Papa	Diretora: Selma Santos	Rua Zico de Castro, 1.235, Tropical	143733-7311 – 143732-1736 – 1499707-9030	R\$ 278,33
15	EMEB Fausto dos Santos Rodriguês	Diretora: Lucélia Tartaglia	Rua Lolita, 761, Jardim paraíso	143732-7541 – 1499651-4024	R\$ 278,33
16	Profº Victor Lamparelli	Diretora: Marisa Teixeira Félix	Rua padre Maurício s/n, Bairro Alto	143732-2342 – 143733-5225	R\$ 278,33
17	EMEB Profª Maria N. Abs Pimentel	Diretor: Aparecido Vicente Vieira	Avenida João Manoel Fernandes, 400	143732-8686 – 143733-3286 – 1499705-0201	R\$ 278,33
18	EMEB Profº Ulisses Silvestre	Diretora: Regina S. Q. Stella	Ru Jacob da Rocha, 71, Vera Cruz	143731-9665	R\$ 278,33
19	EMEB Profª Celina Vilela D. Bruno	Diretora Substituta: Vera Lúcia Greguer	Avenida da Constelação s/n, Costa Azul	143731-9150 – 1499770-9898	R\$ 278,33
20	EMEB Porfª Evani E. B. Casolato – Ponte Alta	Diretora Substituta: Ignez Dias	Rodovia AVR 030	143731-7184 – 1499707-1976	R\$ 278,33
21	EMEB Profª Norma Lilia	Diretora: Nali	Rua Maria Joaquina	143733-4308	R\$ 278,33



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 18)

	Pereira	Khiraliah	Fonseca Pereira, 525	– 143733-8564 – 1499882-7318	
22	EMEB Prof ^o Moacyr Correia Parise	Diretor: Luis Henrique da Silva	Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 400	143733-6688 – 143732-4057 – 1499761-0687	R\$ 278,33
23	Prof ^a Suleide Maria do Amaral Bueno	Diretora Substituta: Márcia Regina Roldão	Avenida Getúlio Vargas, 636	143733-4306 – 1499726-1280	R\$ 278,33
24	EMEB Prof ^o Éruce Paulucci	Diretora Substituta: Pircsila dos Santos	Rua Prof. Amorim, 950	143732-1777 – 143733-7778	R\$ 278,33
25	EMEB Duílio Gambini	Diretora: Heloisa Faria M. Lourenço	Praça Padre Paulo Roberto Justino, 34, Bairro Duílio Gambini	143733-8109 – 143733-8111	R\$ 278,33
26	EMEB Maneco Dionísio	Jacqueline K. Fonseca	Praça Juca Novaes, 1.141	143733-9001 – 143731-1342 – 1499659-2250	R\$ 278,33
27	Prof ^a Adalgisa de Almeida Ward	Diretora Substituta: Amélia Maria Scucuglia	Praça Virgínia Ferezin D'Agostini s/n, Brasil Novo	143733-2613	R\$ 349,23
28	Dona Ana Soares de Oliveira	Diretora: Joana Bueno Ruiz	Avenida Emílio Figueiredo, 185, Jardim Tropical	143711-1441	R\$ 349,23
29	Dona Carolina Puzziello	Diretor: Celso Melo de Oliveira	Avenida Dico Mercadante, 889, Jardim Paineiras	143732-0699	R\$ 349,23
30	Dona Bidunga	Diretora: Juliana dos Santos	Rua Pedro Camilo de Souza, 383, Vila Jardim	143733-3050	R\$ 349,23
31	Geraldo Benedete	Fátima Khalaf Zedan	Rua Almirante Barroso, 111, Vila Martins II	143732-0902	R\$ 349,23
32	Camila Negrão da Cunha Ribeiro	Diretor: Camilo Boscolo Gama	Rua Vital Pereira, 555, São Judas	143732-2013	R\$ 349,23



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 19)

		Correa			
33	Profª Jandira Pereira	Diretora: Maria Aparecida Gomes Proença	Rua Prof. Joaquim Arnez, s/n, Jardim Vera Cruz	143733-9798	R\$ 349,23
34	José Maria Porto	Diretora: Célia Aparecida Corrêa	Avenida Três Marias 450, Bairro Três Marias	143733-1946	R\$ 349,23
35	Maria Isabel Domingues Leal	Diretora: Maria de Lourdes Oliveira Vicentini	Rua Benedicta Notturni Martins, 51, Bairro Egídio Martins da Costa	143733-4522	R\$ 349,23
36	Maria Lúcia B. M. Rodrigues	Diretora: Cacilda Marioto	Rua Saul Bertolaccini, 445, Parque Santa	143733-3442	R\$ 349,23
37	Maurícia Vilas Boas D. Alves	Diretora Substituta: Maria Pierina Domiciano Silvestre	Rua João Caetano Schimidt, 55, Bairro Camargo	143733-5363	R\$ 349,23
38	Profª Olga Girardi de Brito	Diretora: Maria Cecília Alvea Reis	Rua Ioiô de Freitas, 1.315, Jardim Presidencial	143732-7826	R\$ 349,23
39	São Benedito	Diretora: Ivone Dias Fusco	Rua São Cristóvão, 430, São Judas	143733-6559	R\$ 349,23
Custo Estimado Global: R\$ 11.770,00					

Das Obrigações do Contratante:

- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos previstos neste instrumento.
- Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.
- Assegurar-se da boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.
- Notificar a Contratada de eventuais defeitos ou imperfeições encontradas na execução dos serviços dentro do período de garantia do serviço, neste caso de 06 (seis) meses.
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

Das Obrigações da Contratada.

A empresa contratada deverá executar o serviço da melhor forma possível, utilizando os produtos necessários e que garantam a qualidade do serviço prestado, no caso da imunização (desinsetização), produtos que evitem a permanência e proliferação de insetos e pragas.

A empresa contratada deverá oferecer garantia de no mínimo 06 (seis) meses, referente aos serviços prestados.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 20)

A empresa contratada deverá fornecer selo certificado de imunização com a data da garantia, fixado nos locais.

O Local e Prazo para Prestação de Serviço: a empresa contratada deverá executar os serviços nas Unidades citadas no prazo máximo de 20 dias após a assinatura contratual e recebimento do pedido de compras.

Acompanhamento e Fiscalização: o contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado pelos responsáveis pela Unidade, onde a empresa fornecerá uma planilha com data e hora para aplicação dos produtos de cada imóvel.

Vigência do Contrato: a vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, sendo prorrogável por acordo entre as partes de acordo com o Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da nota fiscal.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 21)

ANEXO II

(MODELO)

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ n° _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, **CRENCIA** o(a) Sr.(a) _____, _____ (CARGO), portador(a) do RG n° _____ e CPF n° _____, para representá-la perante o Município de Avaré em licitação na modalidade Pregão Presencial n° 108/18 (Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme ANEXO I – Termo de Referência), podendo formular lances, negociar preços, assinar atas, propostas e declarações e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME

R.G

CARGO

OBSERVAÇÃO: APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA ANEXA AO CREDENCIAMENTO.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 22)

ANEXO III

(MODELO)

PROPOSTA COMERCIAL

DEVERÃO CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NA PROPOSTA TODOS OS ITENS ABAIXO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme ANEXO I – Termo de Referência e abaixo:

Item	Unidade	Responsável pela Unidade	Endereço	Telefone	Valor Unitário
01	Profª Alzira Pavão	Diretora: Ivone Dias Fusco	Travessa São Judas nº 1.148 – Bairro São Judas	14-3733-7016	
02	Profº Flávio Nascimento	Diretora Substituto: Irani Montanha Guardiola	Rua Dr. Bastos Cruz, 2.400	14-3733-5333	
03	Profª Licínia de Oliveira Guazzelli	Diretora Substituta: Roseli de Cássia Tavares Silva	Praça Benedito Rotelli nº 2200 – Bairro Brás	14-3732-8998	
04	Profª Zainy Zequi de Oliveira	Diretora: marceli Guido Gonçalves	Rua Duque de Caxias nº 201, Bairro Alto	14-3733-9099	
05	Secretaria Municipal de Educação	Secretária: Josiane Aparecida Lopes de Medeiro	Rua Pernambuco nº 1.065, Bairro Centro	14-3711-2211	
06	Centro de Atendimento ao Educando – Profª Maria José de Araújo	Josiane Aparecida Lopes de Medeiros	Avenida Major Rangel nº 2.222		
07	EMEB Salim Antônio Curiati	Elaine Cristina de M. Bonsaglia	Rua Dr. Antônio F. Inocência, 394, Vila	14-3732-2868 – 14-	



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 23)

			Martins	3733-9599 – 1499809- 3284	
08	EMEB Profª Elizabeth de Jesus Freitas	Diretora: Leni Elisabeth de Andrade Rocha	Rua São Cristóvão, 77, São Judas	14-3733-9448 – 1499126-1515	
09	EMEB Profª Maria T. O. Pialho – Dondoca	Diretora: Vânia Alice de Figueiredo Oliveira	Rua Santos Dumont, 1.910, Brabância	14-373370-17	
10	EMEB Orlando Cortez	Diretora: Nelci do Socorro Souza	Rua Francisco Medaglia, 32, Vila Operária	14-3733-8246 – 14-99745-9972	
11	EMEB Dona Anna Novaes de Carvalho	Diretora: Maria Isabel Dadário	Rua Paraná, 2.155, Bairro Brás	14-3733-5353 – 143733-2378 – 1499777-4861	
12	EMEB José Rebouças de Carvalho	Diretor: Giovani Campanille	Rua Avelino Fernandes, 70, Bairro Santa Elisabeth	143733-7018 – 1499836-1566	
13	EMEB Profº Clarindo macedo	Diretora: Marlene	Rua Dorita, 222, Jardim Paineras	143733-7019 – 1499661-4896	
14	EMEB Profº Carlos Papa	Diretora: Selma Santos	Rua Zico de Castro, 1.235, Tropical	143733-7311 – 143732-1736 – 1499707-9030	
15	EMEB Fausto dos Santos Rodriguês	Diretora: Lucélia Tartaglia	Rua Lolita, 761, Jardim paraíso	143732-7541 – 1499651-4024	
16	Profº Victor Lamparelli	Diretora: Marisa Teixeira Félix	Rua padre Maurício s/n, Bairro Alto	143732-2342 – 143733-5225	
17	EMEB Profª Maria N. Abs Pimentel	Diretor: Aparecido Vicente Vieira	Avenida João Manoel Fernandes, 400	143732-8686 – 143733-3286 – 1499705-0201	
18	EMEB Profº Ulisses Silvestre	Diretora: Regina S. Q. Stella	Ru Jacob da Rocha, 71, Vera Cruz	143731-9665	



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 24)

19	EMEB Profª Celina Vilela D. Bruno	Diretora Substituta: Vera Lúcia Greguer	Avenida da Constelação s/n, Costa Azul	143731-9150 – 1499770-9898	
20	EMEB Profª Evani E. B. Casolato – Ponte Alta	Diretora Substituta: Ignez Dias	Rodovia AVR 030	143731-7184 – 1499707-1976	
21	EMEB Profª Norma Lilia Pereira	Diretora: Nali Khiraliah	Rua Maria Joaquina Fonseca Pereira, 525	143733-4308 – 143733-8564 – 1499882-7318	
22	EMEB Profº Moacyr Correia Parise	Diretor: Luis Henrique da Silva	Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 400	143733-6688 – 143732-4057 – 1499761-0687	
23	Profª Suleide Maria do Amaral Bueno	Diretora Substituta: Márcia Regina Roldão	Avenida Getúlio Vargas, 636	143733-4306 – 1499726-1280	
24	EMEB Profº Éruce Paulucci	Diretora Substituta: Pircsila dos Santos	Rua Prof. Amorim, 950	143732-1777 – 143733-7778	
25	EMEB Duílio Gambini	Diretora: Heloisa Faria M. Lourenço	Praça Padre Paulo Roberto Justino, 34, Bairro Duílio Gambini	143733-8109 – 143733-8111	
26	EMEB Maneco Dionísio	Jacqueline K. Fonseca	Praça Juca Novaes, 1.141	143733-9001 – 143731-1342 – 1499659-2250	
27	Profª Adalgisa de Almeida Ward	Diretora Substituta: Amélia Maria Scucuglia	Praça Virgínia Ferezin D'Agostini s/n, Brasil Novo	143733-2613	
28	Dona Ana Soares de Oliveira	Diretora: Joana Bueno Ruiz	Avenida Emílio Figueiredo, 185, Jardim Tropical	143711-1441	
29	Dona Carolina Puzziello	Diretor: Celso Melo de Oliveira	Avenida Dico Mercadante, 889, Jardim Paineiras	143732-0699	
30	Dona Bidunga	Diretora: Juliana	Rua Pedro Camilo de	143733-3050	



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 25)

		dos Santos	Souza, 383, Vila Jardim		
31	Geraldo Benedete	Fátima Khalaf Zedan	Rua Almirante Barroso, 111, Vila Martins II	143732-0902	
32	Camila Negrão da Cunha Ribeiro	Diretor: Camilo Boscolo Gama Correa	Rua Vital Pereira, 555, São Judas	143732-2013	
33	Profª Jandira Pereira	Diretora: Maria Aparecida Gomes Proença	Rua Prof. Joaquim Arnez, s/n, Jardim Vera Cruz	143733-9798	
34	José Maria Porto	Diretora: Célia Aparecida Corrêa	Avenida Três Marias 450, Bairro Três Marias	143733-1946	
35	Maria Isabel Domingues Leal	Diretora: Maria de Lourdes Oliveira Vicentini	Rua Benedicta Notturni Martins, 51, Bairro Egídio Martins da Costa	143733-4522	
36	Maria Lúcia B. M. Rodrigues	Diretora: Cacilda Marioto	Rua Saul Bertolaccini, 445, Parque Santa	143733-3442	
37	Maurícia Vilas Boas D. Alves	Diretora Substituta: Maria Pierina Domiciano Silvestre	Rua João Caetano Schmidt, 55, Bairro Camargo	143733-5363	
38	Profª Olga Girardi de Brito	Diretora: Maria Cecília Alvea Reis	Rua Ioiô de Freitas, 1.315, Jardim Presidencial	143732-7826	
39	São Benedito	Diretora: Ivone Dias Fusco	Rua São Cristóvão, 430, São Judas	143733-6559	
Valor Global da Proposta: R\$					

3. do prazo de validade da proposta, de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta.

4. da forma de pagamento, será realizado 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da nota fiscal.

5. do prazo de execução: deverá executar os serviços no prazo máximo de 20 dias após a assinatura contratual e recebimento do pedido de compras.

Observação: A proposta deverá ser apresentada datilografada/digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, no Formulário da Empresa.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 26)

ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(a ser entregue junto com os envelopes, podendo ser preenchida e assinada na sessão pública do pregão)

A empresa abaixo relacionada, por seu representante legal indicado, declara sob as penas da lei que cumprem plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes “B”, sob pena de sujeição às penalidades previstas no item 13.6 do Edital de **Pregão Presencial nº 108/18** (Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme ANEXO I – Termo de Referência).

EMPRESA: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CARGO: _____

RG e CPF/MF: _____

ASSINATURA: _____



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 27)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ___/18
CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE AVARÉ E A EMPRESA _____.

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e dezoito, nesta cidade de Avaré, Estado de São Paulo, de um lado a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 46.634.168/0001-50, situada na Praça Juca Novaes, 1.169, representada pela Secretária Municipal de Educação, **JOSIANE APARECIDA LOPES DE MEDEIROS**, brasileira, casada, portadora do RG n° 12.804.746 SSP/SP e do CPF n° 084.187.478-62, residente e domiciliado na cidade de Avaré/SP – de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o número _____/____-____, com sede na _____, ____ - _____ - _____/____, representada pelo Senhor _____, _____, _____, _____, portador do RG n° _____/____ e do CPF n° _____-____, residente e domiciliado na cidade de _____ – de ora em diante denominada **CONTRATADA**, sob disciplina na Lei n° 8.666/93 e na presença das testemunhas abaixo, ajustaram e contrataram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Nos termos do **Pregão Presencial n° 108/18 – Processo n° 337/18, de 10 de agosto de 2.018**, fica a empresa _____, responsável pela prestação de serviços de desinsetização em escolas, creches, Secretaria de Educação e Centro de Atendimento ao Educando, conforme o Anexo I – Termo de Referência e abaixo:

Item	Unidade	Responsável pela Unidade	Endereço	Telefone
01	Profª Alzira Pavão	Diretora: Ivone Dias Fusco	Travessa São Judas nº 1.148 – Bairro São Judas	14-3733-7016
02	Profª Flávio Nascimento	Diretora Substituto: Irani Montanha Guardiola	Rua Dr. Bastos Cruz, 2.400	14-3733-5333
03	Profª Licínia de Oliveira Guazzelli	Diretora Substituta: Roseli de Cássia Tavares Silva	Praça Benedito Rotelli nº 2200 – Bairro Brás	14-3732-8998
04	Profª Zainy Zequi de Oliveira	Diretora: marceli Guido Gonçalves	Rua Duque de Caxias nº 201, Bairro Alto	14-3733-9099
05	Secretaria Municipal de Educação	Secretária: Josiane Aparecida Lopes de Medeiro	Rua Pernambuco nº 1.065, Bairro Centro	14-3711-2211
06	Centro de Atendimento ao Educando – Profª Maria José de Araújo	Josiane Aparecida Lopes de Medeiros	Avenida Major Rangel nº 2.222	
07	EMEB Salim Antônio Curiati	Elaine Cristina de M. Bonsaglia	Rua Dr. Antônio F. Inocêncio, 394, Vila	14-3732-2868 – 14-3733-



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 28)

			Martins	9599 – 1499809-3284
08	EMEB Profª Elizabeth de Jesus Freitas	Diretora: Leni Elisabeth de Andrade Rocha	Rua São Cristóvão, 77, São Judas	14-3733-9448 - 1499126-1515
09	EMEB Profª Maria T. O. Pialho – Dondoca	Diretora: Vânia Alice de Figueiredo Oliveira	Rua Santos Dumont, 1.910, Brabância	14-373370-17
10	EMEB Orlando Cortez	Diretora: Nelci do Socorro Souza	Rua Francisco Medaglia, 32, Vila Operária	14-3733-8246 – 14-99745-9972
11	EMEB Dona Anna Novaes de Carvalho	Diretora: Maria Isabel Dadário	Rua Paraná, 2.155, Bairro Brás	14-3733-5353 – 143733-2378 – 1499777-4861
12	EMEB José Rebouças de Carvalho	Diretor: Giovani Campanille	Rua Avelino Fernandes, 70, Bairro Santa Elisabeth	143733-7018 – 1499836-1566
13	EMEB Profº Clarindo macedo	Diretora: Marlene	Rua Dorita, 222, Jardim Paineras	143733-7019 – 1499661-4896
14	EMEB Profº Carlos Papa	Diretora: Selma Santos	Rua Zico de Castro, 1.235, Tropical	143733-7311 – 143732-1736 – 1499707-9030
15	EMEB Fausto dos Santos Rodriguês	Diretora: Lucélia Tartaglia	Rua Lolita, 761, Jardim paraíso	143732-7541 – 1499651-4024
16	Profº Victor Lamparelli	Diretora: Marisa Teixeira Félix	Rua padre Maurício s/n, Bairro Alto	143732-2342 – 143733-5225
17	EMEB Profª Maria N. Abs Pimentel	Diretor: Aparecido Vicente Vieira	Avenida João Manoel Fernandes, 400	143732-8686 – 143733-3286 – 1499705-0201
18	EMEB Profº Ulisses Silvestre	Diretora: Regina S. Q. Stella	Ru Jacob da Rocha, 71, Vera Cruz	143731-9665
19	EMEB Profª Celina Vilela D. Bruno	Diretora Substituta: Vera Lúcia Greguer	Avenida da Constelação s/n, Costa Azul	143731-9150 – 1499770-9898
20	EMEB Porfª Evani E. B. Casolato – Ponte Alta	Diretora Substituta: Ignez Dias	Rodovia AVR 030	143731-7184 – 1499707-1976



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 29)

21	EMEB Profª Norma Lilia Pereira	Diretora: Nali Khiraliah	Rua Maria Joaquina Fonseca Pereira, 525	143733-4308 – 143733-8564 – 1499882-7318
22	EMEB Profº Moacyr Correia Parise	Diretor: Luis Henrique da Silva	Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 400	143733-6688 – 143732-4057 – 1499761-0687
23	Profª Suleide Maria do Amaral Bueno	Diretora Substituta: Márcia Regina Roldão	Avenida Getúlio Vargas, 636	143733-4306 – 1499726-1280
24	EMEB Profº Éruce Paulucci	Diretora Substituta: Pircila dos Santos	Rua Prof. Amorim, 950	143732-1777 – 143733-7778
25	EMEB Duílio Gambini	Diretora: Heloisa Faria M. Lourenço	Praça Padre Paulo Roberto Justino, 34, Bairro Duílio Gambini	143733-8109 – 143733-8111
26	EMEB Maneco Dionísio	Jacqueline K. Fonseca	Praça Juca Novaes, 1.141	143733-9001 – 143731-1342 – 1499659-2250
27	Profª Adalgisa de Almeida Ward	Diretora Substituta: Amélia Maria Scucuglia	Praça Virgínia Ferezin D'Agostini s/n, Brasil Novo	143733-2613
28	Dona Ana Soares de Oliveira	Diretora: Joana Bueno Ruiz	Avenida Emílio Figueiredo, 185, Jardim Tropical	143711-1441
29	Dona Carolina Puzziello	Diretor: Celso Melo de Oliveira	Avenida Dico Mercadante, 889, Jardim Paineiras	143732-0699
30	Dona Bidunga	Diretora: Juliana dos Santos	Rua Pedro Camilo de Souza, 383, Vila Jardim	143733-3050
31	Geraldo Benedete	Fátima Khalaf Zedan	Rua Almirante Barroso, 111, Vila Martins II	143732-0902
32	Camila Negrão da Cunha Ribeiro	Diretor: Camilo Boscolo Gama Correa	Rua Vital Pereira, 555, São Judas	143732-2013
33	Profª Jandira Pereira	Diretora: Maria Aparecida Gomes Proença	Rua Prof. Joaquim Arnez, s/n, Jardim Vera Cruz	143733-9798
34	José Maria Porto	Diretora: Célia Aparecida Corrêa	Avenida Três Marias 450, Bairro Três Marias	143733-1946
35	Maria Isabel Domingues	Diretora: Maria de Lourdes	Rua Benedicta Notturni	143733-4522



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 30)

	Leal	Oliveira Vicentini	Martins, 51, Bairro Egídio Martins da Costa	
36	Maria Lúcia B. M. Rodrigues	Diretora: Cacilda Marioto	Rua Saul Bertolaccini, 445, Parque Santa	143733-3442
37	Maurícia Vilas Boas D. Alves	Diretora Substituta: Maria Pierina Domiciano Silvestre	Rua João Caetano Schimidt, 55, Bairro Camargo	143733-5363
38	Profª Olga Girardi de Brito	Diretora: Maria Cecília Alvea Reis	Rua Ioiô de Freitas, 1.315, Jardim Presidencial	143732-7826
39	São Benedito	Diretora: Ivone Dias Fusco	Rua São Cristóvão, 430, São Judas	143733-6559

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas na seguinte Dotação Orçamentária:

06.02.02.3.3.90.39.00.12.365.2008.2050.232. Recurso Próprio.

06.01.00.3.3.90.39.00.12.361.2007.2079.174. Recurso Próprio.

06.07.01.3.3.90.39.00.12.367.2009.2483.418. Recurso Próprio.

06.03.00.3.3.90.39.00.12.361.2008.2045.274. Recurso Próprio.

06.02.01.3.3.90.39.00.12.365.2008.2051.205. Recurso Próprio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS

A contratada ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de **Pregão Presencial nº 108/18**, que constitui parte integrante deste contrato, junto com a proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor global do contrato é de R\$ _____ (_____).

4.2. O valor será irrevogável no decorrer do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado 30 (trinta) dias após a realização do serviço e emissão da nota fiscal. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: Referente ao **Pregão Presencial nº 108/18 – Processo nº 337/18**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. A empresa contratada deverá executar os serviços nas Unidades citadas no prazo máximo de 20 dias após a assinatura contratual e recebimento do pedido de compras.

6.7. O prazo de vigência deste termo é de **120 (cento e vinte) dias**, podendo ser prorrogável, nos termos do art. 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 31)

Este termo contratual fica vinculado ao edital de licitações referente ao **PROCESSO 337/18 – PREGÃO PRESENCIAL 108/18**.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A empresa contratada fica obrigada a manter, durante todo o prazo de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

8.2. A empresa contratada deverá executar o serviço da melhor forma possível, utilizando os produtos necessários e que garantam a qualidade do serviço prestado, no caso da imunização (desinsetização), produtos que evitem a permanência e proliferação de insetos e pragas.

8.3. A empresa contratada deverá oferecer garantia de no mínimo 06 (seis) meses, referente aos serviços prestados.

8.4. A empresa contratada deverá fornecer selo certificado de imunização com a data da garantia, fixado nos locais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

9.1) A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81, 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas e do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito do Município da Estância Turística de Avaré, as normas estabelecidas no presente Decreto.

9.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

9.2.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou

9.2.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

9.3. O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

9.3.1. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

9.3.2. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia.

9.4. Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

9.4.1. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

ou

9.4.2. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo

fim.

9.4.3. ressarcimento de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

9.5. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

9.6. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 32)

9.7. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

9.8. A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo gestor do respectivo contrato, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.

9.9. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

§1º – Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado via correio com AR da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

§2º – Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§3º -Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.

§4º – A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.

§5º – Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o valor deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

9.10. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.

9.11. As disposições constantes deste Decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§1º – A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

9.11.1. advertência.

9.11.2. multa.

9.11.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.

9.11.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§2º – A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

§3º – A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§4º – A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§5º – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 33)

decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§6º – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos.

§7º – A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

§8º – A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.

§9º – Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

9.12. A multa prevista no artigo anterior será:

9.12.1. de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

9.12.2. de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

9.12.3. de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de inícios e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

§1º – O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual.

§2º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§3º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta do Município de Avaré através de guia de recolhimento própria, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

§4º – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

9.13. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo Único – A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no artigo 3º deste Decreto, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no “caput” deste artigo.

9.14. O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

9.15. As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada dentro dos prazos previstos neste instrumento.

10.2. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 34)

- 10.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 10.4.** Assegurar-se da boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.
- 10.5.** Notificar a Contratada de eventuais defeitos ou imperfeições encontradas na execução dos serviços dentro do período de garantia do serviço, neste caso de 06 (seis) meses.
- 10.6.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO

Ao invés de aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, poderá ser rescindido o ajuste se ocorrido qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observadas as formas previstas no artigo 79 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Em caso de rescisão do contrato poderá ser feita amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada à empresa contratada a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Presencial nº 108/18 – Processo nº 337/18** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto inicial até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GESTOR DO CONTRATO

A responsável pela gestão deste contrato será a Senhora, Josiane Aparecida Lopes de Medeiros, Secretária Municipal de Educação, solicitante deste objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ANTICORRUPÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

De acordo com a Lei nº 2216 de 22 de junho de 2.018. Artigo 1º – Os contratos administrativos vinculados à Prefeitura Municipal e Câmara Municipal da Estância Turística de Avaré deverão conter a seguinte cláusula anticorrupção: “Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado”.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

Dos Pagamentos devidos à empresa contratada, serão retidos e descontados os valores correspondentes ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), pagando-se à contratada o valor líquido devido, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 35)

Este contrato é regido pelas Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02, Decreto Municipal 1.872/2008, Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Avaré, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré, aos ___ de _____ de 2.018.

JOSIANE APARECIDA LOPES DE MEDEIROS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

Nome _____
RG _____

Testemunhas:

Nome _____
RG _____



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ

(Edital de Pregão Presencial 108/18 – fls 36)

ANEXO VI

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO
(Este deverá ser entregue junto com os documentos de Credenciamento, sendo obrigatório o preenchimento de todos os itens, conforme exige o sistema AUDESP do Tribunal de Contas, podendo ser preenchido na sessão)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal (deverá ser, **obrigatoriamente**, diferente do e-mail institucional): _____

Telefone(s): _____